

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
deniserothenburg.dj@abr.com.br

Contrarreforma

Fontes do setor de empresas de aplicativos defendem que, caso a proposta de regulamentação de trabalhadores por app seja aprovada, o Brasil vai perder R\$ 3 bilhões por mês. Uma das justificativas é que o texto torna o modelo de negócio quatro vezes mais caro que o regime CLT. Para o setor, o debate está sendo chamado de "contrarreforma trabalhista".

Outro caminho

O setor tem defendido uma proposta do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), que já foi enviada ao Congresso. No texto do IDP, há ítems como a vedação de vínculo empregatício, define os trabalhadores como autônomos e as empresas como intermediadoras do serviço, veda rescisão e bloqueio unilateral e exige que as empresas contratem um seguro para acidentes pessoais para os trabalhadores do app.

Não param

A direita não terá descanso este ano se depender dos deputados petistas. O deputado Rogério Correia (PT-MG) apresentou dois requerimentos de convocação para a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS para os governadores do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), e do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL). Correia quer apurar o envolvimento dos governadores no esquema do Banco Master com relação às fraudes na previdência.

Discurso pronto

A base bolsonarista vai insistir que o raio que atingiu os apoiadores no último domingo foi um "evento de força maior", independentemente dos riscos de uma aglomeração em meio a um temporal. Para alguns parlamentares, o evento fortaleceu a mobilização da direita bolsonarista.

Quando a ética se torna necessidade

A Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de São Paulo, apresentou um conjunto de propostas a serem incluídas no Código de Conduta a ministros do Supremo Tribunal Federal. O documento foi elaborado por uma comissão formada por dois ex-presidentes da Corte — Ellen Gracie e Cézar Peluso — além de ex-ministros da Justiça e juristas.

Entre outras medidas, o documento sugere vedar ministros de julgarem processos nos quais as partes ou os advogados representantes sejam parentes de até terceiro grau ou pessoa com "amizade íntima".

Também propõe vetar a participação de ministros em eventos patrocinados por grupos que tenham "interesse econômico" em processos na Corte.

Cauteloso na elaboração de um código de ética para a Casa Constitucional, o presidente do STF, ministro Edson Fachin, recebeu o documento da OAB-SP na última sexta-feira. Ao menos publicamente, ele tem deixado claro que críticas à conduta de ministros não podem se tornar ataques à institucionalidade do Supremo — particularmente em um momento político de ascensão radical.



PODER

Fachin: democracia está ameaçada

Presidente do STF volta a advertir sobre agressões ao Estado de Direito, desta vez na Corte Interamericana de Direitos Humanos

» IAGO MAC CORD

Ao discursar, ontem, na abertura do ano judicial na Corte Interamericana de Direitos Humanos, em São José da Costa Rica, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, voltou a alertar sobre as ameaças ao Estado de Direito ao advertir que a democracia atravessa "tempos desafiadores" no continente. Ele tinha manifestado essa mesma preocupação na carta, que divulgou na semana passada, em defesa do STF e do ministro Dias Toffoli — cujas decisões relacionadas ao inquérito da negociação entre Banco Master e BRB vêm sendo contestadas —, quando afirmou que a Corte acompanha atentamente as movimentações da extrema-direita no Brasil.

Segundo Fachin, a "democracia não é neutra diante de quem a pretende destruir". Afirmou, ainda, que, apesar de a democracia não ter cumprido suas promessas — como a de igualdade —, é na sua ausência que "se nutrem os populismos autoritários para miná-la por dentro". Para o ministro, o momento atual exige "a defesa da civilização e dos pactos civilizatórios contra a barbárie que quer se instalar em todo o continente, e também em países da Europa continental".

8 de Janeiro

O magistrado lembrou os três anos da tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023 para ilustrar os riscos institucionais. Fachin disse que a invasão às sedes dos Três Poderes visava a abolição violenta do Estado de Direito e mencionou o plano para assassinar o então presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, seu vice, Geraldo Alckmin, e o também ministro do STF Alexandre de Moraes — então presidente do Tribunal Superior Eleitoral.

"Sabemos que, em diferentes países de nossa região, e em outras partes do mundo, nem sempre os movimentos autoritários que buscam suplantar a democracia se mostram em sua face mais estreita e explicitamente violenta. Hoje, assistimos a um movimento com nova roupagem, embora



Nem sempre os movimentos autoritários se mostram em sua face mais violenta. Assistimos a um movimento com nova roupagem: a erosão democrática, que corrói as instituições por dentro"

Trecho do discurso do presidente do STF, Edson Fachin, na abertura do ano judicial na Corte Interamericana de Direitos Humanos

igualmente nefasto em seus efeitos: a erosão democrática, que corrói as instituições por dentro", destacou.

Segundo o ministro, tal erosão é identificada quando a estrutura do sistema de freios e contrapesos

é testada à exaustão, o que resulta na violação de direitos políticos, ataques à liberdade de imprensa e ameaças à independência judicial — incluindo a perseguição de magistrados. Foi além: mostrou

que o enfraquecimento do Estado de Direito é um fator de violação dos direitos humanos, pois ambos constituem "duas faces de uma mesma moeda".

"Foi a emergência do primeiro,

a partir do florescimento do constitucionalismo democrático, que, ao longo do tempo, viabilizou a materialização dos direitos humanos. Assim como estes são a matéria de que é feito um Estado de Direito Democrático digno desse nome", observou.

Fachin reforçou que a proteção da democracia é um direito dos povos e uma obrigação dos governos, conforme a Carta Democrática Interamericana. Como antídoto contra o esquecimento das agressões à democracia, o presidente do STF citou o 8 de Janeiro.

"Até lá, impõe-se defender a democracia contra seus detatores e os atalhos que eles propõem. Atalhos que, falsos, não protegem os direitos dos mais vulneráveis, mas, ao contrário, vão solapando a condição mesma de existência daqueles direitos — que, repise-se, é a democracia em si. Nesse esforço, temos de enfrentar o paradoxo da tolerância, de que nos fala Karl Popper: 'Tolerar a intolerância pode golpear de morte a própria tolerância', lembrou.

No evento, estavam presentes o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), a ministra da Secretaria das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, e o ministro das Cidades, Jader Filho.

Moraes quer relatório completo da rotina de Bolsonaro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) apresente, em até cinco dias, um relatório detalhado sobre a rotina do ex-presidente Jair Bolsonaro desde sua transferência para o 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal, a

Papudinha, no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília. A decisão foi assinada na última sexta-feira, mas publicada somente ontem.

Moraes determinou que o batalhão envie à Corte um relatório completo contendo informações sobre todas as atividades de Bolsonaro, incluindo visitas de

advogados, parentes e amigos, atendimentos médicos, exames, sessões de fisioterapia, atividades físicas, eventuais atividades laborais, leituras e quaisquer outras ocorrências, com as respectivas datas e horários. Em 15 de janeiro, o ministro determinou a transferência do ex-presidente da Sala de Estado Maior para a Superintendência da Polícia Federal (PF), no Distrito Federal, para a Sala de Estado Maior instalada na Papudinha, onde está preso desde então.

Na decisão, Moraes afirmou

que o ex-presidente teria, na Papudinha, condições ainda mais favoráveis, igualmente exclusiva e com total isolamento em relação

aos demais presos do complexo. Segundo o ministro, a transferência permitiria o aumento do tempo de visitas dos parentes, a realização livre de "banho de sol" e de exercícios a qualquer horário do dia, inclusive com a instalação de aparelhos para fisioterapia, tais como esteira e bicicleta, atendendo à recomendação médica.

Bolsonaro cumpre pena de 27 anos e três meses de prisão em regime fechado pelos crimes de organização criminosa armada, golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, deterioração de patrimônio tombado e dano qualificado contra o patrimônio da União.